

SEU VOTO DEFENDE OS SEUS DIREITOS?

2015

Governo Dilma Rousseff 

Em 2015, foi corrigida pela última vez a tabela que define os percentuais de Imposto de Renda Retido na Fonte. Isso significa que o desconto do IRPF ao longo desses anos também é responsável por achatamento salarial, pois todos os trabalhadores que recebem acima de 3,8 salários mínimos (a partir de R\$ 4.664,68) são taxados com a maior faixa de desconto: 27,5%.

Foi também Dilma Rousseff quem instituiu uma tabela diferenciada para o desconto de Imposto de Renda sobre a Participação nos Lucros (PLR), com isenção de IRPF para quem recebe até R\$ 6 mil. **Essa tabela nunca foi corrigida pelos demais governos.**

A Reforma da Previdência alterou critérios para o acesso à aposentadoria pela Previdência Social, desde o aumento do percentual de contribuição, passando pelo aumento do período de contribuição para aposentadoria por idade (passou a 62 anos para mulheres e 65 para homens), atingindo também a redução do valor a que se tem direito quando chegar a hora de se aposentar, praticamente inviabilizando o acesso.

2016/2017

Governo Michel Temer 

Liberou a contratação de empresas prestadoras de serviço para a terceirização da atividade-fim a ser executada na empresa contratante, permitindo às instituições financeiras terceirizar serviços bancários, sem a garantia dos direitos da Convenção Coletiva de Trabalho e sem vínculo empregatício.

O movimento sindical bancário atuou rapidamente, em mesa de negociação com a Fenaban, para que os trabalhadores de instituições financeiras não fossem atingidos pela MP que reduziu salários na pandemia. Grande parte dos trabalhadores, por serem grupo de risco, foi colocada em *home office* como medida de preservação de vidas.

Lei da Terceirização
(Lei nº 13.429/2017)



Reforma da Previdência
(Emenda Constitucional nº 103/2019)



Lei da Reforma Trabalhista
(Lei nº 13.467/2017)



Brasil é o segundo pior país do mundo para aposentados



Governo Jair Bolsonaro 

2019

Trabalhadores tiveram salários reduzidos na pandemia



2020/2021

Bancários não foram atingidos

Exclusões ou alterações na CLT retiram direitos de trabalhadores com carteira assinada; criação do trabalho intermitente, em que uma pessoa só recebe pelas horas que efetivamente trabalhar, mas precisa ficar à disposição; permissão para pagamento de remunerações menores que o salário mínimo, beneficiando, portanto, somente as empresas. A reforma também acabou com a ultratividade, ou seja, o direito dos trabalhadores à manutenção dos termos da CCT até uma nova Convenção ser assinada.

Pandemia: A Medida Provisória 1.045/2021 foi editada e reeditada durante a pandemia, posteriormente convertida em lei, para possibilitar aos empregadores a redução de jornada com corte de salários em 25%, 50% e 75%, ou ainda, a suspensão de contratos de trabalho, para quem tem carteira assinada.

2022

Bolsonaro envia ao Congresso **orçamento para 2023 que não prevê a correção da tabela do Imposto de Renda** Retido na Fonte, caso seja eleito.

Confirmada a terceirização

Ainda durante o governo de Michel Temer, STF confirma terceirização irrestrita, derrubando a súmula 331 do TST que vedava terceirização da atividade-fim.

2022



Pesquisa demonstra que Reforma Trabalhista não gerou empregos

sindicato dos bancários e financeiros
Curitiba e região 

PRIVATIZAÇÃO

Bolsonaro e Paulo Guedes voltam a falar de privatização do BB

Era 22 de abril de 2020, quando o ministro da Economia bradou: “O Banco do Brasil é um caso pronto de privatização. Então tem que vender essa porra logo!”. Na mesma reunião, Bolsonaro rindo afirmou: “Só se discute isso em 2023”, apostando em sua reeleição.



Mais recentemente, já durante a campanha eleitoral, Guedes e Bolsonaro voltaram a falar em acelerar as privatizações, inclusive como forma de arcar com a manutenção do pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, que não está no orçamento.



Com a privatização, veja o que pode acontecer:

- Áreas podem ser eliminadas, fundidas ou substituídas pelas correspondentes da empresa compradora;
- Para impor sua cultura, a empresa compradora faz prevalecerem suas áreas e principais pessoas;
- Os negócios e os clientes mais lucrativos são incorporados e os demais vão sendo descartados com o tempo;
- Com a aquisição vem a redução da estrutura, envolvendo agências e áreas de suporte, especialmente informática e serviços, e do quadro funcional.

Acesse o QR Code para saber como foram os casos do Banestado e do Banespa



SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Privatização será fatal para a Cassi e a Previ

A venda do Banco do Brasil seria um golpe fatal na Cassi e na Previ, já que os benefícios e coberturas conquistadas ao longo do tempo pelos funcionários do BB são melhores que os praticados no mercado. O novo comprador não irá incorporar trabalhadores com benefícios melhores que os seus próprios funcionários.

Os históricos de privatizações de empresas públicas mostram que, praticamente, em todas as empresas vendidas ocorrem ataques aos planos de saúde e de previdência complementar para reduzir direitos dos associados e as contribuições e compromissos das empresas patrocinadoras.



Assim como aconteceu com outras empresas públicas que sofreram privatização, o BB vem passando por um processo de desmonte. Nos últimos 5 anos, 1.400 agências foram fechadas e 23 mil funcionários cortados. Temos ainda a entrega de subsidiárias importantes do banco, como o caso da BB DTVM, administradora do BB de R\$ 1,4 trilhão no mercado financeiro, para o banco suíço UBS, sob o manto da ‘parceria’.

JOÃO FUKUNAGA
Coordenador da Comissão de Empresa do BB

REESTRUTURAÇÃO E RENDA VARIÁVEL

Reestruturações cortam funcionários e achatam salários

Desde 2016, com o Governo Temer, os funcionários do Banco do Brasil passam por reestruturações frequentes, com corte de funcionários, fechamento de agências e achatamentos salariais.

- Em 2016, mais de 9 mil funcionários saíram do banco por meio de um programa de aposentadoria incentivada sem a reposição das vagas e mais de 400 agências foram fechadas.
- Em 2018, foi a vez do Programa de Adequação de Quadros aprofundar o desmonte do banco público, amparado na Reforma Trabalhista aprovada no ano anterior.
- Em 2019, uma nova “revisão e redimensionamento” da estrutura organizacional do banco impactou 710 agências e retirou inúmeras funções.
- Em 2020, o banco passou por mais um processo de reestruturação, com impactos diretos sobre a carreira e a remuneração dos funcionários, com redução de até 15% o valor de referência (VR) das gratificações recebidas.

O resultado dessa série de reestruturações é a redução drástica no número de funcionários do banco, sobrecarga de trabalho e um ambiente adoecedor para aqueles que permanecem. Por outro lado, o incremento da remuneração variável atrelada às metas achata os salários e torna os bancários cada vez mais dependentes da produtividade.

Evolução do número de funcionários do BB

